

## SUMÁRIO DA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA RECENTE DO BRASIL REPUBLICANO\*

Tamás Szmrecsányi\*\*

**A** análise da historiografia econômica relativa ao Brasil produzida nas últimas três décadas revestese de várias dificuldades, algumas das quais são gerais e outras específicas a nosso país e ao período abrangido por este trabalho. Entre as primeiras, podemos mencionar: a falta de uma perspectiva histórica mais acabada; a escassez e, ao mesmo tempo, a considerável diversidade das fontes disponíveis; a crise teórica e metodológica pela qual está passando o estudo da história em geral, e que tem levado, de um lado, a uma reavaliação de seus vários ramos, e do outro, ao surgimento de novos rumos e de novos paradigmas dentro da disciplina. Já no que se refere aos problemas que são peculiares ao Brasil e aos últimos trinta anos, cumpre destacar, em primeiro lugar, o grande aumento havido na produção historiográfica mais recente, em função das políticas governamentais de estímulo aos cursos e programas de pós-graduação e, indiretamente, às próprias atividades de pesquisa. A implantação do sistema federal de pós-graduação a partir da década de 1970 foi, sem dúvida, um factor de crucial importância, não apenas para a formação de maior número de docentes mais qualificados e de novos pesquisadores, mas também para a multiplicação —no país como um todo e nas

\*Primeira versão de parte de um trabalho em co-autoria com Eulália Maria Lahmeyer Lobo, sobre “Tendências da historiografia econômica do Brasil nas últimas três décadas”, apresentado nas XV Jornadas de Historia Económica, realizadas em Tandil, Argentina, em outubro de 1996.

\*\*DPCT/IG/UNICAMP.

suas principais regiões— das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa dedicados à investigação histórica da economia.

Levando em conta esses fatos, o presente artigo tem por objetivos a identificação e a caracterização (necessariamente sumárias) das principais linhas de pesquisa da historiografia econômica do Brasil referente ao período republicano. Por limitações de tempo, espaço e recursos, não iremos poder apresentar aqui algo que se aproxime dos relatos abrangentes e sistemáticos que foram feitos por Francisco Iglésias no início dos anos setenta e, principalmente por Nícia Villela Luz e colaboradores em meados da mesma década.<sup>1</sup> Na verdade, estes levantamentos anteriores, e outros mais recentes,<sup>2</sup> serviram-nos apenas como pontos de partida e termos de referência. Por tais motivos, reconhecemos que essa nossa análise é ainda bastante superficial, inclusive porque nos limitamos, em muitos casos, apenas a listar os trabalhos mais significativos, deixando de lado vários outros, bem como de relacioná-los entre si num contexto mais geral, e, principalmente, de fazer uma avaliação do conteúdo de cada um. As eventuais omissões em nossos levantamentos devem ser atribuídas ao fato da história econômica ser ensinada e pesquisada no Brasil tanto em centros, cursos e departamentos de história e de economia, como em vários de ciências sociais.

Através de um levantamento expedito, procuramos reunir e catalogar os principais produtos da historiografia econômica brasileira das últimas três décadas, referentes aos períodos supra-indicados, que, em conjunto, abrangem pouco mais de um século —desde o início da década de 1890 até os dias de hoje. Pelas razões expostas nos parágrafos anteriores, optamos por restringir nossa busca somente aos trabalhos originalmente realizados e publicados no Brasil. Omitimos, em consequência, tanto as traduções como as edições de estudos elaborados, iniciados ou complementados em outros países —os quais, pelo menos em princípio, já são bastante conhecidos por todos que acompanham a produção acadêmica internacional. Por motivos similares, também deixaremos de nos referir, salvo em casos excepcionais, a tesis e dissertações que permaneceram inéditas, e que podem, em muitos casos, ser equiparadas a relatórios de pesquisa não-publicados.

Ao mesmo tempo, com vistas a facilitar nossa tarefa, resolvemos agrupar tematicamente a produção encontrada em três grandes conjuntos, integrados pelos

<sup>1</sup>Francisco Iglésias, "Situación de la historia económica en Brasil", in Enrique Florescano (org.), *La historia económica en América Latina. I. Situación y métodos*, Sepsetentas, México, 1973, pp. 79-127; Nícia Villela Luz et al., "Part four: Brazil", in R. Cortés-Conde & J. S. Stein (eds.), *Latin America: a guide to economic history, 1830-1930*, University of California Press, Berkeley, 1977, pp. 165-272.

<sup>2</sup>Angela Porto et al. (orgs.), *Processo de modernização do Brasil, 1850-1930: economia e sociedade, uma bibliografia*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1985; Carlos Fico & Ronaldo Polito, *A história no Brasil (1980-1989), elementos para uma avaliação historiográfica*, UFOP, Ouro Preto, 1992; Maria Helena R. Capelato (org.), *Produção histórica no Brasil, 1985-1994, Catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história*, CNPq/História USP-ANPUH, São Paulo, 1995.

escritos sobre o desenvolvimento agrário, o processo de industrialização, e a política econômica — assuntos que consideramos os mais significativos para os dois períodos sob análise. Temos plena consciência dos riscos desta delimitação *a priori*, que apresenta o defeito de deixar de lado, ou de atribuir menor importância, a outros aspectos relevantes da história econômica brasileira nos períodos em pauta, entre os quais poderíamos mencionar: as condições e as flutuações macroeconômicas, a dinâmica monetária e os bancos, as finanças públicas nacionais e regionais, o comércio internacional, os fluxos internos e externos de capitais, a construção, expansão e manutenção da infraestrutura, as atividades comerciais internas, os serviços públicos e privados, e a própria evolução do pensamento econômico. Mesmo assim, todavia, resolvemos adotá-la com vistas a alcançar uma visão de conjunto pelo menos no âmbito das três categorias escolhidas.

#### DESENVOLVIMIENTO AGRÁRIO

Provavelmente devido à escassez, e até à ausência, de dados relevantes e sistematizados a nível nacional, os estudos relativos à economia agrária na Primeira República (1889-1930) têm se limitado, até agora, a enfoques essencialmente regionais ou setoriais, abrangendo na maioria das vezes apenas um produto ou atividade (ou então, quando muito, uma pequena gama de produtos e atividades), e frequentemente só se referindo a determinadas regiões (ou a áreas ainda mais limitadas) do país. Nunca é demais lembrar a este respeito que o primeiro Censo Agropecuário do Brasil data de 1920, e que as próprias séries estatísticas anuais da produção não vão além daquela década. Séries anuais mais longas existem apenas no âmbito das exportações e importações de produtos agropecuários. Não é de estranhar, portanto, que a única exceção, no que se refere a enfoques mais gerais do desenvolvimento agrário do país naquele período, diga respeito às políticas econômicas setoriais (cujas análises são apresentadas e caracterizadas mais adiante, no terceiro item deste trabalho). Mas, mesmo sob este ponto de vista, convém não esquecer que o regime republicano começou no Brasil sem um Ministério da Agricultura, por ter eliminado aquele que existira no império, só vindo a criar o seu próprio na primeira década do século XX.<sup>3</sup>

Ao mesmo tempo, todavia, pode-se arrolar ainda uma outra razão para justificar a falta de estudos históricos mais abrangentes sobre o desenvolvimento

<sup>3</sup>Uma análise da atuação do primeiro pode ser encontrada no relatório de pesquisa de Eulalia M. L. Lobo, *História político-administrativa de agricultura brasileira, 1808-1889*, CPDA/EIAP/FGV, Rio de Janeiro, s. a. Quanto as razões mais imediatas da criação do segundo, veja-se o ensaio de Sonia Regina de Mendonça, "Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)", *História & Perspectivas*, nº 10, jan.-jul.1994, pp. 31-44.



agrário do Brasil no final do século XIX e no início do atual. Trata-se da inexistência no país até a década de 1930, de uma economia nacional digna deste nome, e da conseqüente impossibilidade de se falar de uma agricultura brasileira até aquela época. O próprio comércio interregional de produtos agropecuários no Brasil de então, além de ser ainda quantitativamente pouco volumoso, restringia-se de fato a um pequeno número de mercadorias, em sua maioria facilmente substituíveis (e efetivamente substituídas em muitos casos) quer pela produção local dos vários estados, quer por importações do exterior, que a eles chegavam com relativa facilidade e a preços frequentemente inferiores aos internos. Também essa situação só começaria a ser modificada a partir do início do século XX, pela maior tarifação dos produtos importados, uma medida adotada pelo governo federal basicamente por motivos fiscais, e não para proteger seja a agricultura, seja a indústria nacionais.

Essa extrema descentralização do país, que já existia de longa data, chegou a ser exacerbada ainda mais pela Constituição republicana de 1891, a qual propiciou às antigas províncias do império —então rebatizadas de estados—, uma ampla autonomia administrativa e financeira, que as unidades mais ricas logo fizeram valer a seu favor, intensificando o comércio direto com seus respectivos mercados externos, e procurando reforçar individualmente o desenvolvimento de suas próprias economias. Mais particularmente no setor agropecuário, as elites e os empresários regionais viram-se repentinamente livres de qualquer tutela por parte do governo central, seja com respeito à apropriação das terras disponíveis, seja no que tange ao estabelecimento e manutenção das relações de trabalho que melhor lhes conviessem.<sup>4</sup> Como não poderia deixar de ser, essa nova conjuntura deu origem a uma grande diversidade de situações econômicas, a qual continua merecendo a realização de estudos comparativos.

Uma tentativa inicial neste sentido, com referência à produção e à burguesia açucareiras, foi feita por José César A. Gnaccarini —primeiro na sua tese de doutorado (infelizmente ainda inédita), e depois no capítulo que escreveu para uma importante coletânea de história econômica do período.<sup>5</sup> Nessa mesma

<sup>4</sup>Com relação ao primeiro destes processos, vejase o estimulante artigo de Ligia M. O. Silva, “A apropriação territorial na Primeira República”, no mesmo número da revista mencionada na nota anterior, pp. 7-18. Já as formas assumidas, durante aquele período, pelas relações de trabalho no agro das diversas partes do país, continuam à espera não apenas de uma boa síntese, mas até, em vários casos, dos estudos empíricos regionais necessários a sua fundamentação.

<sup>5</sup>J. C. A. Gnaccarini, “A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação”, in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*, vol. 8 da *História geral da civilização Brasileira*, Difel, São Paulo, 1975, pp. 309-344. Suas análises foram parcialmente refinadas, anos mais tarde, num artigo de minha autoria, “Crescimento e crise na agroindústria açucareira do Brasil, 1914-1939”, *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, 3 (7), junho de 1968, pp. 42-68. Muito mais poderia ser feito, contudo, a partir das numerosas teses, dissertações e estudos monográficos já elaborados nas tres

coletânea, seu organizador, Boris Fausto, apresentou um trabalho básico sobre a expansão e a política cafeeiras na Primeira República.<sup>6</sup> Uma análise convergente, relativa aos padrões de acumulação de capitais dêste e de outros complexos econômicos da época, foi desenvolvida pouco mais tarde por Wilson Cano, no primeiro capítulo de sua famosa tese.<sup>7</sup> E, no que se refere às relações de produção e de trabalho vigentes em São Paulo na principal actividade econômica daquela época, destacam-se, por sua originalidade e profundidade, entre os muitos trabalhos elaborados nestas últimas décadas sobre a mesma temática, as contribuições de José de Souza Martins e de Brasílio Sallum Jr.<sup>8</sup>

Mas, estes últimos estudos, da mesma forma que a maioria dos demais trabalhos recentes sobre o período, são de índole regional e se aplicam basicamente a um único ramo de atividades. Dessas mesmas limitações padecem, entre outros, os estudos sobre a economia da borracha na Amazonia<sup>9</sup> e alguns artigos referentes ao desenvolvimento agrário de determinados estados.<sup>10</sup>

De um modo geral, parece indubitável que ainda resta muito a fazer no tocante à reconstrução histórica do desenvolvimento agrário da Primeira República, durante cuja vigência o setor agropecuário não apenas foi, de longe, o mais importante na economia do país, mas estava também passando por importantes transformações estruturais. Entre estas, cabe destacar o início da formação de seu mercado de trabalho, a progressiva penetração das relações de produção capitalistas, a reorientação de boa parte de suas atividades produtivas para o atendimento de uma crescente demanda interna —urbana e industrial—, a expansão da fronteira agrícola e a intensificação das migrações internas. Devido à abundância das terras

universidades estaduais de São Paulo, e na Universidade Federal Fluminense de Niterói (sobre a economia canavieira da região de Campos, no estado do Rio), e em instituições de pesquisa do Nordeste, sob a inspiração dos importantes trabalhos de dois geógrafos daquela região, Mário Lacerda de Melo e Manuel Correia de Andrade. Veja-se dêste último, *a História das usinas de açúcar de Pernambuco*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1989.

<sup>6</sup>Boris Fausto, "Expansão do café e política cafeeira", *O Brasil Republicano. 1, op. cit.*, pp. 193-248.

<sup>7</sup>Wilson Cano, "Complexo cafeeiro paulista e alguns complexos regionais", cap. I de *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, 2a ed. T. A. Queiroz, São Paulo, 1981, pp. 17-120. A primeira edição deste livro data de 1977, originando-se de uma tese de doutorado defendida na UNICAMP em 1975. Dez anos mais tarde, o autor voltou ao tema com o artigo "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)", *Estudos Econômicos*, 15 (2), mai-ago. 1985, pp. 291-306.

<sup>8</sup>José de Souza Martins, "A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café", primeira parte de *O cativo da terra*, Livr. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979, pp. 7-93; Brasílio Sallum Jr., *Capitalismo e cafeicultura, oeste paulista 1888-1930*, Ed. Duas Cidades, São Paulo, 1982.

<sup>9</sup>Maria Ligia Prado & Maria Helena R. Capelato, "A borracha na economia brasileira da Primeira República", in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano. 1, op. cit.*, pp. 285-307; José Raimundo O. Vergolino, *A borracha extrativa e a economia amazônica 1890-1930*, PIMES/UFPE, Recife, 1975.

<sup>10</sup>Veja-se, por exemplo, Francisco Iglésias, "Agricultura em Minas na República Velha", *Estudos Econômicos*, 15 (2), mai-ago. 1985, pp. 241-261; Tamás Szmrecsányi, "Agricultura e agroindústria em São Paulo, 1880-1930", *Arquivo*, 5 (1), jan-mar. 1984, pp. 21-28.



ainda disponíveis e ao baixo custo da mão-de-obra, é possível que não tenham ocorrido maiores mudanças tecnológicas, mas, a gênese no período da moderna rizicultura gaúcha, baseada na irrigação,<sup>11</sup> simplesmente desautoriza quaisquer generalizações a respeito.

Essa situação de carência tende a desaparecer quando alcançamos o período contemporâneo, cujo estudo é, sem dúvida, bastante facilitado pela maior abundância e melhor qualidade dos dados estatísticos disponíveis. Em função disso, já contamos aí com alguns trabalhos de síntese bastante volumosos e ricos em informações, entre os quais podemos destacar —em ordem cronológica— a obra coletiva desenvolvida no final dos anos setenta no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, do Rio de Janeiro,<sup>12</sup> o capítulo que escrevi para o último volume da coletânea dirigida por Boris Fausto<sup>13</sup> e o valioso livro de Guilherme Delgado sobre os anos mais recentes.<sup>14</sup> Também no âmbito regional e sub-setorial, foram publicados alguns trabalhos de maior fôlego e/ou de melhor qualidade, como os de Rui Albuquerque sobre a cotonicultura paulista no período de 1920 a 1950, e de Francisco Assis Costa sobre a experiência (fracassada) da heveicultura na Amazônia.<sup>15</sup> Por outro lado, como veremos mais adiante, tem havido um número expressivo de bons estudos das políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento e a modernização do setor agropecuário, inclusive no que se refere aos efeitos econômicos e sociais das mesmas. Deve-se mencionar, além do mais, a abertura de um novo campo de estudos bastante promissor, o da história das empresas agroindustriais.<sup>16</sup>

<sup>11</sup>Cf. as evidências apresentadas pelo trabalho de Paulo R. Beskow, *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1986, pp. 40-50, 58-68 e 186-190.

<sup>12</sup>Ana Celia Castro *et al.*, *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*, BINAGRI, Brasília, 1979.

<sup>13</sup>Tamás Szmrecsányi, “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)”, in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano. 4. Economia e cultura 1930-1964*, Difel, São Paulo, 1984, pp. 107-207.

<sup>14</sup>Guilherme C. Delgado, *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*, Icone Editora, São Paulo, 1985.

<sup>15</sup>Rui H. P. L. Albuquerque, *Capital comercial, indústria têxtil e produção-agrícola*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1982; Francisco de Assis Costa, *Grande capital e agricultura na Amazônia; a experiência da Ford no Tapajós*, Editora da UFPA, Belém, 1993. Cumpre não esquecer tampouco os numerosos trabalhos sobre a agroindústria canavieira; veja-se, por exemplo, o artigo de Tamás Szmrecsányi & Eduardo F. P. Moreira, “O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a segunda guerra mundial”, *Estudos Avançados*, 5(11), jan-abr. 1991, pp. 57-80.

<sup>16</sup>Trata-se de um campo em que ainda convivem um certo número de trabalhos analiticamente precários, mas de grande riqueza documental, e um número pequeno, porém crescente, de estudos dotados de maior rigor analítico, mesmo quando carentes de melhor acesso à documentação relevante. Entre os primeiros, podemos citar o belíssimo album relato de Margarida Cintra Gordinho sobre *Os Ometto*, Ed. C. H. Knapp, São Paulo, 1986; e entre os segundos, a pesquisa de Ana Celia Castro sobre a Agroceres, retratada pela sua comunicação “Empresa e complexo agro-industrial: caminhos da diversificação produtiva”, *Anais da Conferência Internacional de História de Empresas Niteroi-RJ, 22 a 25 de outubro de 1991*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, s. a., pp. 426-455.

## PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Este foi, sem dúvida, um dos temas melhor estudados nas últimas três décadas, muito embora alguns dos trabalhos mais importantes a seu respeito tivessem sido iniciados ou completados no exterior. Tais foram os casos, notadamente, do capítulo de Warren Dean numa das coletâneas organizadas por Boris Fausto, já citada anteriormente neste artigo,<sup>17</sup> e dos famosos livros da autoria de Sergio Silva<sup>18</sup> e de Wilson Suzigan.<sup>19</sup> O mesmo poderia ser alegado eventualmente com relação à obra coletiva de Pedro Malan *et al.*<sup>20</sup> Mas, neste caso, a restrição não se aplica especificamente ao processo em pauta.<sup>21</sup> Na verdade, este só chega a ser abordado por eles no capítulo V e no apêndice correspondente,<sup>22</sup> relativos ao desenvolvimento industrial do período analisado e, mais particularmente, à sua industrialização substitutiva de importações. Todo o restante da obra é dedicado ao exame da evolução geral do país anos quarenta e cinquenta, bem como das políticas econômicas governamentais então colocadas em prática.

Devido a isso, os dois trabalhos cem por cento elaborados no país e de maior envergadura sobre a industrialização brasileira foram os livros publicados por Wilson Cano em 1977 e 1985. No item anterior, já fizemos referência ao primeiro;<sup>23</sup> seus capítulos II e III versam sobre a industrialização na fase anterior a 1930 e contemplam, respectivamente, os mecanismos do crescimento industrial e os fatores que conduziram a concentração do setor, tanto a nível das empresas como em termos espaciais. Esses processos redundaram na definitiva supremacia da indústria paulista face a seus concorrentes do resto do país, já a partir das primeiras décadas

<sup>17</sup>Warren Dean, "A industrialização durante a República Velha", in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano. 1. Estruturas de poder e economia (1889-1930)*, op. cit., pp. 249-283.

<sup>18</sup>Sergio S. Silva, *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*, Ed. Alfa Omega, São Paulo, 1986. Conforme indicação do próprio autor (p. xv), trata-se da versão melhorada de um trabalho acadêmico originalmente redigido e apresentado na França.

<sup>19</sup>Wilson Suzigan, *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986. Apesar de resultar de uma tese de doutoramento defendida em 1984 na Universidade de Londres, este livro foi precedido por vários outros trabalhos do autor sobre a mesma temática. Veja-se particularmente seus artigos sobre "A industrialização de São Paulo: 1930-1945", *Rev. Bras. de Economia*, 25 (2), abr.-jun. 1971, pp. 89-112; e "Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 25 (2), abr.-jun. 1971, pp. 433-474.

<sup>20</sup>P. S. Malan *et al.*, *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1977 (Coleção Relatórios de Pesquisa n° 36).

<sup>21</sup>No mesmo ano da publicação deste livro foi defendida, na Universidade de Cambridge, a tese de doutoramento de um dos seus co-autores, Marcelo de Paiva Abreu, intitulada "Brazil and the world economy, 1930-1945; aspects of foreign economic policies and international economic relations", este trabalho não versa sobre a industrialização, mas trata de política econômica, tema em relação ao qual voltaremos a falar do seu autor.

<sup>22</sup>*Ibid.*, pp. 265-406 e 493-522, respectivamente.

<sup>23</sup>Veja-se a respeito a nota 7, acima.



dêste século. A mesma temática foi retomada pelo autor em seu segundo livro, relativo ao período pós-trinta.<sup>24</sup>

Ambos esses trabalhos são muito ricos em dados estatísticos além de estarem bem fundamentados na bibliografia e na documentação pre-existentes. Várias das conclusões mais taxativas que eles apresentam têm sido recebidas com reservas fora de São Paulo. Mas, até agora, as principais proposições do autor não chegaram a ser frontalmente contestadas, nem invalidadas em sua essência ou totalidade.

O mesmo já não pode ser dito em relação a outras contribuições da chamada Escola de Campinas. Entre 1975 e 1985, as investigações sobre a história da industrialização brasileira chegaram a ser afetadas por ela através da difusão de um esquema rígido e apriorístico de periodização, derivado dos escritos teóricos de Maria da Conceição Tavares e de João Manuel Cardoso de Mello.<sup>25</sup> Segundo êle, teria havido no Brasil uma “industrialização restringida” desde 1933 até meados dos anos cinquenta, seguida a partir daí pela chamada “industrialização pesada”. Enquanto esta última noção ainda teve alguma contrapartida na realidade, a primeira, além de carecer de maior fundamentação empírica, padece do defeito de induzir as pessoas a pensar que o processo se iniciou efetivamente na década de 1930, e que, em consequência, não teria ocorrido no país qualquer industrialização antes da mesma o que, evidentemente, representa um contra-senso.<sup>26</sup>

Felizmente, essa periodização não chegou a firmar-se na historiografia econômica de nosso país, e a maioria dos autores têm-se valido de critérios mais flexíveis e mais realistas para situar seus objetos de estudo no tempo. Isto tem propiciado o surgimento de uma grande diversidade de abordagens e, poderíamos acrescentar, o acúmulo de uma crescente riqueza de informações e interpretações a respeito de um processo do qual já se sabe muito, mas que continua desconhecido em alguns de seus aspectos essenciais. A título de exemplos, mencionaremos a

<sup>24</sup>Wilson Cano, *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*, Global/UNICAMP/PNPE, São Paulo, 1985. Livro resultante da tese de livre-docência do autor, defendida em 1981 na UNICAMP.

<sup>25</sup>Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*, Zahar, Rio de Janeiro, 1972; *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Ed. da UNICAMP, Campinas, 1985, reimpressão da tese de livre-docência concluída em 1974 e defendida na UFRJ no ano seguinte; João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira)*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982, reimpressão da tese de doutorado defendida na UNICAMP em 1975.

<sup>26</sup>A esta orientação chegaram a submeter-se trabalhos de valor, como os de Liana Maria Aureliano e de Sonia Miriam Draibe, que discutiremos no próximo item dedicado à política econômica. Eu mesmo cheguei a defrontar-me com essa problemática em alguns trabalhos anteriores, como o citado na nota 13, acima, pp. 114-115, e também nos meus artigos: “Apontamentos para uma história econômica do Brasil no período 1920-50”, *Ensaio FEE*, 7(1), 1986, pp. 13-22; e “German capital investment in the early industrialization of São Paulo”, *Ciência e Cultura*, 44(5), set-out. 1992, p. 321.



seguir uma meia-dúzia de estudos de vários tipos, que apontam para êsse acúmulo de novos dados e conhecimentos.

Começando pelo plano mais geral do Brasil como um todo, temos um artigo publicado há mais de 21 anos por Flávio Rabelo Versiani & Maria Teresa Ribeiro de Oliveira, que versa exatamente sobre o problema da periodização que acabamos de expôr.<sup>27</sup> Ele passa em revista não apenas as evidências empíricas da ocorrência do processo no Brasil antes de 1930 ou mesmo antes da I guerra mundial, mas também os fatores que podem ter provocado/acelerado/ou freado essa industrialização precoce. Trata-se, em suma, de um bom ponto de partida para qualquer revisão crítica que se queira fazer do tema e de sua historiografia mais antiga.

Ainda a nível nacional, mas dentro de um âmbito setorial mais restrito, pode-se destacar o retrospecto histórico de uma pesquisa realizada no final dos anos setenta pela Fundação Getúlio Vargas sobre a indústria brasileira de bens de capital.<sup>28</sup> Abrangendo os dez ramos industriais mais importantes da produção de máquinas e equipamentos de todo tipo, esse estudo retrocede aos primórdios da independência, na tentativa de identificar a gênese e de caracterizar a evolução inicial dêste segmento básico do setor secundário de qualquer país. Consegue distinguir dois períodos preliminares antes da proclamação da república, após a qual circunscreve sua análise a tres momentos: 1890-1920, 1921-1955, e de 1956 em diante. Ostentando considerável riqueza de dados estatísticos, situa o processo de formação de um embrião da indústria brasileira de bens de capital já no final do século XIX, o início de seu deslanche e de sua diversificação nas décadas de 1920 e 1930, e a sua definitiva consolidação nas décadas seguintes.

Passando para o plano regional, cabe referir, pela ordem em que foram publicados, os trabalhos de Clélio Campolina Diniz sobre a industrialização de Minas Gerais no período pós-trinta,<sup>29</sup> e de Maria Bárbara Levy sobre o desenvolvimento das grandes empresas industriais do Rio de Janeiro.<sup>30</sup>

O primeiro, que resultou de uma dissertação de mestrado defendida na UNICAMP no final dos anos setenta e foi premiado pelo governo mineiro, atribui o início da industrialização contemporânea daquele estado aos esforços de planejamento de seus governantes a partir da administração Milton Campos, no final da década de

<sup>27</sup>Flávio R. Versiani & Maria Teresa R. O. Versiani, "A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição", *Estudos Econômicos*, 5(1), jan-abr. 1975, pp. 37-63.

<sup>28</sup>Luiz A. Correa do Lago *et al.*, "Histórico da evolução da indústria de bens de capital no Brasil", cap. II de *A indústria brasileira de bens de capital; origem, situação recente, perspectivas*, Editora da FGV, Rio de Janeiro, 1979, pp. 6-148.

<sup>29</sup>Clélio Campolina Diniz, *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*, Imprensa da UFMG, Belo Horizonte, 1981.

<sup>30</sup>Maria Bárbara Levy, *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas; esboços de história empresarial*, Ed. da UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

1940. Tais esforços seriam transformados em resultados palpáveis primeiro, nos anos cinquenta, através da atuação de Juscelino Kubitschek (como governador e depois como presidente da república), e, duas décadas mais tarde, em pleno regime militar, sob a égide das empresas públicas e do capital estrangeiro.

Também oriundo de um trabalho acadêmico (uma tese para concurso de professor titular apresentada em 1988), o livro de Maria Bárbara Levy é uma obra póstuma que não pôde ser revista pela autora.<sup>31</sup> Dos sete capítulos que o constituem, apenas os três últimos versam sobre o período de nosso interesse, correspondendo no entanto a mais de metade da obra como um todo. Seu enfoque está centrado nas empresas e nos empresários, principalmente nas grandes sociedades anônimas com ações cotadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro —cuja história fora escrita, mais de dez anos antes, pela própria Maria Bárbara. Uma dessas empresas era a Companhia América Fabril, que, até o final da década de 1920, manteve-se na liderança da produção têxtil do país, e cuja trajetória foi bem analisada por duas de suas discípulas.<sup>32</sup>

Ainda no âmbito setorial da indústria têxtil, podemos mencionar finalmente dois outros estudos da boa qualidade, ambos referidos a São Paulo e voltados, não apenas para a produção em si, mas também para as relações de trabalho que lhe são inerentes. O primeiro, da autoria de Maria Alice Rosa Ribeiro, originou-se igualmente de uma dissertação de mestrado defendida na UNICAMP (em 1980) e trata da indústria têxtil algodoeira paulista até o final da Primeira República.<sup>33</sup> O segundo, elaborado por Maria Izilda Santos de Matos, cobre mais ou menos o mesmo período, analisando um ramo menos estudado, mas de grande importância —principalmente naquela época—, da fabricação de sacarias de juta para embalagem das exportações de café; foi originalmente apresentado como tese de doutorado na USP em 1991.<sup>34</sup>

#### POLÍTICA ECONÔMICA

Na análise da historiografia deste tema, convém estabelecer uma distinção entre dois tipos de estudos: 1) aqueles que chamariamos de *estruturais*, por estarem

<sup>31</sup>A última contribuição de Maria Barbara Levy ao estudo da nossa industrialização não foi este livro, mas a organização em 1991, pouco antes de sua morte da Conferência Internacional de História de Empresas, referida acima, na nota 16. Este evento, o primeiro de uma série, deu origem ao projeto de se criar a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, fundada dois anos mais tarde em São Paulo.

<sup>32</sup>Elisabeth von der Weid & Ana Maria Rodrigues Bastos, *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil, Companhia América Fabril, 1878-1930*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1986.

<sup>33</sup>Maria Alice R. Ribeiro, *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

<sup>34</sup>Maria Izilda Santos de Matos, *Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para café (São Paulo, 1988-1934)*, Sette Letras, Rio de Janeiro, 1996.



voltados para o questionamento da natureza e da organização do Estado, bem como de seu relacionamento com os demais agentes econômicos e com a sociedade a que pertence como um todo; e 2) os que denominariamos *institucionais*, pelo fato de tomarem como dados êsses elementos estruturais, e de se preocuparem fundamentalmente com a atuação concreta do Estado face aos problemas econômicos que lhe cabe enfrentar. Os estudos do primeiro tipo versam sobre a *filosofia econômica do Estado*, enquanto que os do segundo tratam da *economia política do Estado*. Ambos se fizeram presentes nas últimas três décadas, referindo-se ora a um, ora a outro, ou até aos dois períodos em pauta. No levantamento feito entre os trabalhos elaborados e publicados no Brasil, encontramos uma maioria do segundo tipo e, no que se refere aos períodos analisados, um predomínio do pós-trinta —seja em comparação à Primeira República, seja face aos estudos que tratam de mais de um período.

Os menos numerosos são os estudos estruturais abrangendo dois ou mais períodos: apenas três, todos publicados no final da década de 1970, sendo que dois deles chegam a estar mais centrados no empresariado do que no próprio Estado. Trata-se, de um lado, da obra comemorativa do sesquicentenário do Centro Industrial do Rio de Janeiro, elaborada por Edgard Carone,<sup>35</sup> e, do outro, da dissertação de mestrado de Angela Maria de Castro Gomes, sobre o desenvolvimento da legislação social no período anterior ao Estado Novo.<sup>36</sup> Só o terceiro trabalho, da autoria de Maria Yedda Leite Linhares & Francisco Carlos Teixeira da Silva, volta-se mais diretamente para a intervenção do Estado na economia, no campo do abastecimento alimentar urbano,<sup>37</sup> analisando o equacionamento que lhe foi dado pelos governos do país em três momentos: a partir da I guerra mundial e ainda na Primeira República (1919-1926); durante o primeiro governo Vargas (1930-1945); e no período mais contemporâneo (1950-1974).

São duas vezes mais numerosas as obras de economia política do Estado relativas a (pelo menos) ambos os períodos. No plano mais geral, elas têm por arquetipo o rico e sempre útil estudo de Annibal Villela & Wilson Suzigan sobre a política econômica e o desenvolvimento da economia brasileira nas seis primeiras

<sup>35</sup>Sob o título de *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*, Ed. Catedra, Rio de Janeiro, 1978, Carone passa em revista a atuação de quatro entidades empresariais que se sucederam uma à outra no mesmo local: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904), o Centro Industrial do Brasil (1904-1931), a Federação Industrial do Rio de Janeiro (1931-1941), e o Centro Industrial do Rio de Janeiro (1941-1977). Todas elas, particularmente as duas primeiras, sempre mantiveram um íntimo relacionamento com o Estado nacional brasileiro.

<sup>36</sup>A. M. Castro Gomes, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979.

<sup>37</sup>M. Y. Linhares & F. C. Teixeira da Silva, *História política do abastecimento, 1918-1974*, BINAGRI, Brasília, 1979.

décadas do regime republicano, até o término da II guerra mundial.<sup>38</sup> Esse trabalho foi praticamente replicado dez anos mais tarde por Charles Curt Mueller, ao nível mais específico das políticas agrícolas.<sup>39</sup> Num plano mais geral, e abrangendo um maior lapso de tempo, pode-se mencionar ainda, dentro dessa mesma orientação, a obra coletiva dirigida por Marcelo de Paiva Abreu, que faz um balanço das políticas econômicas postas em prática durante cem anos de República.<sup>40</sup>

Nesse conjunto de obras cronologicamente mais amplas devem ser incluídos ainda mais três trabalhos de outra natureza. O primeiro possui uma importância fundamental para todos os pesquisadores do tema em pauta: trata-se do guia de arquivos elaborado por Israel Beloch, com dados de fontes relativas a todos os ministros da Fazenda e do Planejamento, assim como de todos os presidentes da república entre a época da independência e meados dos anos sessenta deste século.<sup>41</sup> O segundo tem um caráter biográfico e refere-se a um dos principais atores (no sentido literal do termo) da nossa história recente: o estadista Getúlio Vargas, sobre quem já se escreveu muito, mas cuja trajetória político-econômica, desde bem antes de 1930 até a sua morte em 1954, só foi integralmente dissecada por Pedro Cezar Dutra Fonseca, numa tese de doutorado defendido em 1987 na USP, e publicada como livro dois anos mais tarde.<sup>42</sup> Finalmente, o terceiro passa em revista as políticas relativas a um produto de exportação de crucial importância na história econômica do país —o café; seu autor, Edmar Lisboa Bacha, é um economista bastante conhecido, que vem escrevendo sobre a matéria há quase três décadas, inclusive numa perspectiva histórica.<sup>43</sup>

<sup>38</sup>A. V. Villela & W. Suzigan, *Política de governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973.

<sup>39</sup>Charles C. Mueller, *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*, IPEA/NPES, Rio de Janeiro, 1983.

<sup>40</sup>Marcelo de Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1989. Esta obra coletiva teve a participação de mais onze autores, em sua maioria, vinculados ao bem-conceituado Departamento de Economia da PUC/RJ.

<sup>41</sup>Israel Beloch, *Guia dos arquivos privados relevantes para o estudo da história da política econômica no Brasil, 1822-1964*, IPEA-ANPEC-PNPE, Brasília, 1986. Trabalho posteriormente reproduzido em três partes na revista *Literatura Econômica*, 10(3), out. 1988; pp. 357-424; 11(1), fev. 1989, pp. 45-94; e 11 (2), jun. 1989, pp. 283-354.

<sup>42</sup>Pedro C. Dutra Fonseca, *Vargas; o capitalismo em construção, 1906-1954*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989. Os demais trabalhos sobre a economia política do Estado na época de Vargas têm todos um caráter mais restrito e/ou mais localizado. Veja-se a respeito, entre outros, a dissertação de mestrado de Sérgio Besserman Vianna, *A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*, BNDES, Rio de Janeiro, 1987; o artigo de Mauricio C. Coutinho & Tamás Szmrecsányi, "As finanças públicas no Estado Novo, 1937-1945", *Rev. de Economia Política*, 10(2), abr.-jun. 1990, pp. 67-81; e a coletânea de conferências organizada por Tamás Szmrecsányi & Rui G. Granziera, *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, Ed. UNICAMP, Campinas, 1986.

<sup>43</sup>O trabalho aqui referido é o ensaio "Política brasileira do café: uma avaliação centenária", in Marcellino Martins & E. Johnston (eds.), *150 anos de café*, 2º ed. revista, Salamandra, Rio de Janeiro, 1992, pp. 13-133. Antes disso, Edmar Bacha já publicara dois pequenos artigos sobre a economia cafeeira no período posterior à II guerra mundial, os quais foram originalmente escritos na Universidade de Yale, nos EUA, onde ele defendeu



Em termos historiográficos, tende-se a atribuir um maior valor aos estudos sobre problemas bem objetivados e referidos a períodos mais ou menos restritos, capazes de garantir-lhes análises mais profundas e mais homogêneas. Sob este ponto de vista, não se pode deixar de lamentar o pequeno número e a relativa antiguidade dos trabalhos feitos e publicados no Brasil sobre a política econômica na Primeira República — tanto com relação à filosofia econômica do Estado daquele tempo, como no que se refere à sua economia política.

Entre os estudos do primeiro tipo, apenas podemos achar, em meados dos anos setenta, os conhecidíssimos ensaios de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Oliveira e Boris Fausto;<sup>44</sup> mais no final daquela década, encontramos um ensaio de Sandra Pesavento, sobre o Rio Grande do Sul,<sup>45</sup> e, no começo da seguinte, os dois primeiros capítulos do livro de Liana Maria Aureliano.<sup>46</sup>

Já no que se refere à economia política do Estado na Primeira República, os trabalhos que localizamos não chegam a ser muito mais numerosos, nem muito mais recentes. Além de duas interpretações divergentes a respeito do encilhamento, da autoria de Maria Bárbara Levy o de Luiz Antonio Tannuri,<sup>47</sup> temos apenas a dissertação de mestrado de Gustavo Franco, que se refere aproximadamente à mesma época,<sup>48</sup> e um ensaio mais geral de Francisco Iglésias, sobre a política econômica no período da Primeira República em Minas Gerais.<sup>49</sup>

A situação melhora consideravelmente quando passamos ao período seguinte, do Brasil contemporâneo (post-1930). Em termos da filosofia econômica do Estado naquele período, podemos mencionar, em primeiro lugar, o livro várias vezes

em 1968 uma tese econométrica sobre o mercado internacional do produto. Veja-se a respeito E. L. Bacha, *Os mitos de uma década*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, pp. 137-175.

<sup>44</sup>F. H. Cardoso, “Dos governos militares a Prudente-Campos Sales”, in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*, op. cit., pp. 13-50; Francisco de Oliveira, “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil”, *ibid.*, pp. 391-424; Boris Fausto, “As crises dos anos vinte e a revolução de 1930”, in B. Fausto (org.), *O Brasil republicano. 2. Sociedade e instituições (1889-1930)*, da *Historia geral da civilização brasileira*, Difel, São Paulo, 1977, vol. 9, pp. 401-426. As origens deste último ensaio podem ser localizadas nos capítulos I e III do famoso livro do autor, *A revolução de 1930: historiografia e história*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970.

<sup>45</sup>S. J. Pesavento, “República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia”, in J. H. Dacanal & S. Gonzaga (orgs.), *RS: Economia & política*, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1979, pp. 193-228.

<sup>46</sup>L. M. Aureliano, *No limiar da industrialização*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981, pp. 13-90. O terceiro capítulo (pp. 91-134) refere-se a industrialização da década de 1930, e está calcado no pensamento de João Manuel Cardoso de Mello sobre a chamada industrialização restringida, cujas implicações para a historiografia já foram comentadas no item anterior da presente comunicação.

<sup>47</sup>M. B. Levy, “O encilhamento”, in Paulo Neuhaus (coord.), *Economia brasileira: uma visão histórica*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1980, pp. 191-255; L. A. Tannuri, *O encilhamento*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1981.

<sup>48</sup>G. H. Barroso Franco, *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*, BNDES, Rio de Janeiro, 1983.

<sup>49</sup>Francisco Iglésias, “Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930)”, *V Seminário de Estudos Mineiros: a República Velha em Minas*, UFMG/PROED, Belo Horizonte, 1982, pp. 115-144.



reeditado de Octavio Ianni, sobre política econômica e planejamento nas quatro décadas iniciais do mesmo.<sup>50</sup> Ainda nos anos setenta, temos a publicação da importante tese de Eli Diniz, defendida na USP,<sup>51</sup> da qual iriam originar-se alguns ensaios de grande qualidade na década seguinte.<sup>52</sup> Nesta surgin outro livro importante, resultante da tese de doutorado de Sonia Miriam Draibe na UNICAMP.<sup>53</sup> Ao lado destas análises mais gerais, cabe destacar a abordagem de Aspásia de Alcantara Camargo, relativa ao encaminhamento (ou a falta de) da questão agrária<sup>54</sup> e os estudos regionais (sobre o Nordeste) de Amélia Cohn e de Inaiá Carvalho.<sup>55</sup>

Passando para o âmbito da política econômica do Estado, temos, no início da década de 1970, dois trabalhos básicos sobre planejamento econômico governamental: o tratado de Jorge Gustavo da Costa, recheado de informações histórico institucionais, e a obra coletiva coordenada por Betty Mindlin, de cuja elaboração participaram vários professores da USP —inclusive Fernando Henrique Cardoso, com um ensaio sobre os “Aspectos políticos do planejamento” (talvez um dos escritos que ele esteja querendo fazer esquecer...)<sup>56</sup> Ainda no que se refere a este instrumento de política econômica, pode-se mencionar o trabalho de Maria Helena Oliva Augusto, relativo ao estado do Paraná,<sup>57</sup> e a minha própria tese de doutorado, sobre a agroindústria canavieira.<sup>58</sup> No mesmo ano em que ela foi publicada, saíram duas importantes

<sup>50</sup>Octavio Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

<sup>51</sup>Eli Diniz, *Empresários, Estado e capitalismo no Brasil; 1930-1945*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

<sup>52</sup>Podemos mencionar, entre outros, “O Estado Novo: estrutura do poder, relações de classe”, in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano. 3. Sociedade e política (1930-1964)*, de *História geral da civilização brasileira*, Difel, São Paulo, 1981, vol. 10, pp. 77-120; e “Burocracia, clientelismo e oligopolio: o Conselho Interministerial de Preços”, in Olavo Brasil de Lima Jr. & Sérgio Henrique Abranches (coords.), *As origens da crise, Estado autoritário e planejamento no Brasil*, Vértice, São Paulo, 1987, pp. 57-101. Nesse mesmo livro, vale a pena ler também o ensaio de um dos organizadores, S. H. Abranches, “Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, *ibid.*, pp. 155-213.

<sup>53</sup>Sonia Miriam Draibe, *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

<sup>54</sup>Aspásia de Alcantara Camargo, “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”, in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano. 3. Sociedade e política (1930-1964)*, *op. cit.*, pp. 121-224.

<sup>55</sup>Amélia Cohn, *Crise regional e planejamento; o processo da criação da SUDENE*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1976; Inaiá Maria Moreira de Carvalho, *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1986.

<sup>56</sup>Jorge Gustavo da Costa, *Planejamento governamental, a experiência brasileira*, Ed. da FGV, Rio de Janeiro, 1971; Betty Mindlin Lafer (org.), *Planejamento no Brasil*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.

<sup>57</sup>M. H. Oliva Augusto, *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista, um estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)*, Ed. Símbolo, São Paulo, 1978.

<sup>58</sup>Tamás Szmrecsányi, *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1979. Uma atualização deste trabalho pode ser encontrada num artigo que publiquei com Eduardo F. P. Moreira, mencionado acima, na nota 15.



avaliações da política agrícola, respectivamente da autoria de Fernando Homem de Melo, e de Yony Sampaio.<sup>59</sup>

Algumas entidades governamentais —como o Banco Central e o IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) a nível federal, e a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul— também têm promovido a publicação de trabalhos de caráter ou de interêse histórico sobre as políticas econômicas. O último dos três órgãos que acabam de ser mencionados editou um valioso estudo retrospectivo sobre as políticas da área social.<sup>60</sup> Por sua vez, o IPEA lançou em 1990 um estudo de autoria coletiva sobre as relações econômicas do governo brasileiro com o Banco Mundial.<sup>61</sup> E, naquele mesmo ano, comemorando seu 25º aniversário, o Banco Central publicou, com a colaboração do Programa de História Oral do CPDOC, um valioso depoimento histórico-biográfico do ex-ministro da Fazenda, Octavio Gouvêa de Bulhões.<sup>62</sup>

Resta mencionar, finalmente, dois estudos da política econômica contemporânea, ambos publicados em 1994. Trata-se, de um lado, da tese de doutorado na UNICAMP da socióloga Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa, sobre a formação do perfil institucional das finanças públicas federais, entre 1964 e o início dos anos noventa,<sup>63</sup> e do outro, de uma análise geral da política econômica do país nos últimos cinquenta anos, da autoria de Marcelo de Paiva Abreu & Dionisio Dias Carneiro.<sup>64</sup> Estes dois trabalhos, elaborados a partir de perspectivas teóricas bastante diversas, acabam convergindo para percepções comuns, esclarecedoras do país e da época em que estamos vivendo.

<sup>59</sup>F. B. Homem de Melo, “Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil”, in João Sayad (org.), *Resenhas de economia brasileira*, Ed. Saraiva, São Paulo, 1979, pp. 45-116; Yoni Sampaio et al., *Política agrícola no Nordeste: intenções e resultados*, Binagri, Brasília, 1979. Esse tema seria retomado por mim em duas ocasiões; cf. Tamás Szmrecsányi, “Análise crítica das políticas para o setor agropecuário”, in L. G. M. Belluzzo & R. Coutinho (orgs.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil 2. Ensaio sobre a crise*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983, pp. 223-240; Tamás Szmrecsányi & Pedro Ramos, “O papel das políticas governamentais na modernização de agricultura brasileira”, *História & Perspectivas*, nº 10, jan-jun. 1994, pp. 59-79. Nesse mesmo número da mesma revista, há dois outros artigos de interêse sobre o tema: José Vicente Tavares dos Santos, “Efeitos sociais da modernização da agricultura”, *ibid.*, pp. 45-58, e Wenceslau Gonçalves Neto, “Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil (1960-1980)”, *ibid.*, pp. 81-108.

<sup>60</sup>Tanya Maria Macedo de Barcellos et al., *A política social brasileira, 1930-1964, evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul*, FEE, Porto Alegre, 1983.

<sup>61</sup>Manuel José Foreiro Gonzalez et al., *O Brasil e o Banco Mundial, um diagnóstico das relações econômicas, 1949-1989*, IPEAY IPLAN, Brasília, 1990.

<sup>62</sup>Octavio Gouvêa de Bulhões: *depoimento*, BCB, Brasília, 1990.

<sup>63</sup>Gilda Portugal Gouvêa, *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*, Ed. Paulicéia, São Paulo, 1994.

<sup>64</sup>Marcelo de Paiva Abreu & Dionisio Dias Carneiro, “1944-1994: 50 anos de política econômica no Brasil”, in Bolivar Lamounier et al., *50 anos de Brasil; 50 anos de Fundação Getúlio Vargas*, Editora da FGV, Rio de Janeiro, 1994, pp. 113-280.